

Tetraplegia ambiental brasileira

No Brasil, enquanto leis e disposições draconianas pouco adaptadas a nossa realidade são entraves para projetos de toda natureza, os mais agudos problemas ambientais do País não são nem de longe considerados ou atacados.



Sergio de Albuquerque e Mello é diretor geral do Grupo Bureau Veritas para o Brasil, que atua na área de gestão ambiental e responsabilidade.

Qual é o principal problema ambiental da humanidade, hoje? Talvez não haja uma simples resposta a esta questão. Talvez sequer haja resposta. Para não gerar paralisia logo no primeiro parágrafo, trabalhemos sobre uma resposta hipotética, tentando estabelecer aquilo com o que todos concordam: o principal problema da humanidade, hoje, é seguir vivendo nesse planeta com qualidade de vida aceitável, assegurando o mesmo à sua descendência.

Note-se que nessa resposta o meio ambiente não está explícito, mas está considerado! Isso porque ele faz parte do problema maior que é a sobrevivência do homem na Terra, no longo prazo.

Essa assertiva não é vazia. Ela estabelece que, para qualquer ser humano que deseja viver decentemente e dar vida equiparável à sua descendência, o meio ambiente é uma das facetas do problema, e não o inverso. Devemos tratar do meio ambiente com o fim de preservarmos a nossa própria espécie. Não faz sentido tratar da nossa espécie com o fim de preservar o meio ambiente, pois, nesse caso, o melhor seria que não existíssemos.

Se concordamos que a existência da humanidade não está em pauta e sim as condições para sua perenidade, então temos que evoluir no raciocínio para esboçar uma equação para o problema, ou em outras palavras, temos que saber formular corretamente “qual” é o verdadeiro problema.

Uma proposta leiga poderia ser: a “carga atual” da humanidade sobre o planeta *mais* a variação dessa carga devido à evolução do seu estilo de vida tem que ser, a qualquer tempo, menor ou da mesma magnitude que a capacidade do planeta de suportar de forma continuada tal carga sem degradar o estilo de vida escolhido.

Parece egoísta e antropocêntrica. E é mesmo. Qual o mal em ser antropocêntrico, quando o assunto é preservar a vida do próprio “antropo”? O pudor em considerar essa questão de frente nos está levando a um estado de histeria infantil, motivada por crenças e princípios utópicos, para não dizer equivocados, que muito mais atrasam o curso de ações efetivas de preservação do meio ambiente do que as encorajam.

No Brasil, enquanto leis e disposições draconianas pouco adaptadas a nossa realidade são entraves para projetos de toda natureza, os mais agudos problemas ambientais do país não são nem de longe considerados ou atacados.

As principais fontes de degradação ambiental brasileira hoje são a ocupação desordenada e irresponsável do solo urbano, rural e florestal, a falta de políticas públicas de longo prazo com ênfase no desenvolvimento sustentável e o baixíssimo nível de conscientização da sociedade para questões como: desperdício de recursos naturais, uso de fontes de energias renováveis, poluição e uso indiscriminados da água, produção e tratamento de lixo, produção e consumo de alimentos, bens

de consumo para os quais o impacto ao longo da cadeia produtiva e de descarte é danoso, geração e tratamento de resíduos sólidos e emissões, para não falar da emissão dos gases que afetam o clima de todo o planeta, os chamados gases do efeito estufa.

Questões fundamentais para a preservação da nossa espécie não são nem cogitadas como objeto de preocupação, mas há sempre vozes tonitruantes para atacar qualquer projeto que se mexa, sob a alegação de que afeta o meio ambiente.

Há uma grande miopia em nosso país, quando não a mais pura ignorância, muitas vezes misturada com má-fé. A inépcia no planejamento do desenvolvimento dos municípios, que gera uma ocupação do solo aleatória e espoliativa, freqüentemente é usada por políticos com interesses imediatistas e não raras vezes estritamente pessoais, causando mais pobreza, problemas sanitários, aumento do custo social e dependência crescente das políticas fisiológicas praticadas pelos mesmos políticos que a incentivam.

Essa é a melhor receita para se destruir a natureza e, de roldão, atingir em cheio as chances de se chegar a um equilíbrio entre o necessário desenvolvimento e a sustentação de um razoável nível de vida no longo prazo. Mas poucas vezes se levantam contra isso. O que deveria ser motivo de protesto enfático é o que ocorre sob o olhar complacente de todos, o processo de favelização nas cidades que, a termo, nos legará um ambiente urbano degradado à beira do intolerável.

Os estudos de impacto ambiental, tão valorizados na análise do efeito sobre o meio ambiente de um empreendimento qualquer, não são capazes de dar conta do estado de desorganização de nossa sociedade que não sabe refletir sobre seu futuro e, portanto, não sabe se planejar para escolher que empreendimentos e atividades deveriam realmente ser incentivados tendo em conta as características de desenvolvimento possível, sustentado, em cada região. Notoriamente, ataca-se a febre, com remédios inócuos, diga-se de passagem, deixando-se a doença progredir com desenvoltura.

Mas nem tudo está perdido. Há hoje um instrumento legal que tem que ser utilizado em todo o seu potencial modificador dessa realidade de penúria e tetraplegia ambiental em que estamos envolvidos. Trata-se do Estatuto da Cidade, conjunto de diplomas legais que está pronto e acabado para ser utilizado no Brasil.

Valiosa contribuição do Congresso Nacional, trazendo um grande esforço internacional, que ga-

nhou sua primeira forma reconhecível na Cúpula da Terra, realizada no Rio em 1992, cujos princípios básicos foram retomados e detalhados nas conferências que se seguiram promovidas pela ONU, destinadas a tratar justamente do desenvolvimento sustentável das municipalidades, e que se transformaram em lei no Brasil.

Esta lei sim é a verdadeira lei de preservação ambiental. Para ela deveriam voltar-se todos os que pretendem ter uma atuação responsável consigo e com sua descendência, no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida que hoje temos em nosso país. Só há uma forma de alcançarmos isso: participação.

Nesse momento é premente uma grande mobilização social pelo cumprimento do estatuto da cidade, pois ele é, por excelência, o instrumento que permitirá refletir, compartilhar idéias, discutir prioridades e planejar o futuro em bases sólidas para o pleno desenvolvimento deste que é a unidade fundamental da nossa sociedade: o município.

Todos devem se sentir exortados a exercer sua influência, informar-se, opinar, enfim, dar sua contribuição para fazer cumprir a obrigação imposta pelo estatuto da cidade. Será muito mais útil do que protestar por alguma árvore cortada na esquina. ■



BURGEMANN
BURGEMANN DO BRASIL

Nos trabalhamos por um ambiente mais saudável.

Selos Mecânicos

Selos mecânicos BURGEMANN. A opção ideal para sua bomba, misturador ou compressor operar sem vazamentos, sem perdas e sem agressão ao meio-ambiente, não importa o quão exigente sua aplicação possa ser. Inúmeras razões colocam os selos mecânicos BURGEMANN entre os de maior sucesso no mundo.

BURGEMANN DO BRASIL
Vedações Industriais Ltda.
Fone: (19) 3749.9740
Fax: (19) 3749.9741 / 9742
www.burgmann.com.br
matriz@burgmann.com.br

ISO 9001
ISO 9002
ISO 9000

Empresa Certificada ISO 9000